

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRENDA FARIAS DA SILVA

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASIL-SURINAME: QUESTÕES DA
DIPLOMACIA ECONÔMICA ENTRE 1975 E 2013**

Macapá
2016

BRENDA FARIAS DA SILVA

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASIL-SURINAME: QUESTÕES DA
DIPLOMACIA ECONÔMICA ENTRE 1975 E 2013**

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
do Amapá como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Paulo Gustavo Pellegrino
Correa

MACAPÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

327	Silva, Brenda Farias da.
S586r	Relações internacionais Brasil-Suriname: questões da diplomacia econômica entre 1975 e 2013 / Brenda Farias da Silva; orientador, Paulo Gustavo Pellegrino Correa. -- Macapá, 2016.
	42 p.
	Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Relações Internacionais.

BRENDA FARIAS DA SILVA

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASIL-SURINAME: QUESTÕES DA
DIPLOMACIA ECONÔMICA ENTRE 1975 E 2013**

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
do Amapá como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora:

Professor Doutor Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Professora Doutora Ana Cristina de Paula Maués Soares

Professor Especialista Tiago Luedy Silva

RESUMO

As relações internacionais entre as nações sul-americanas passaram por várias transformações ao longo da história. Compreendê-las é fundamental para que se possa visualizar os diferentes caminhos construídos no continente. Tais mudanças provocam alterações significativas nos territórios dos países, o que foi elemento chave para a construção geopolítica da relação entre Brasil e Suriname. A ex-colônia holandesa foi o último país em toda a América Latina a conquistar sua soberania. O foco desta pesquisa são as relações diplomáticas comerciais entre Brasil e Suriname, destacando os acordos feitos entre os anos de 1975, ano de independência do Suriname, à 2013 – período em que o Brasil passou a adotar uma política externa voltada para os países do continente sul-americano. Esta discussão será desenvolvida a partir da problemática: Como entender os gargalos da baixa relação comercial entre Brasil e Suriname, sendo países tão próximos e considerando a iminente entrada do Suriname no Mercosul? A metodologia utilizada é análise documental, abrangendo os tratados internacionais e documentos oficiais de ambos os países relacionados à cooperação econômica/comercial, além de revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Diplomacia Econômica; Relações Internacionais; Brasil; Suriname; Economia; Trocas Comerciais.

ABSTRACT

The international relations between the South American nations have gone through several transformations throughout history. Understand them is essential so that we can visualize the different paths built on the continent. Such changes cause significant alterations in the territories of the countries, which ones are the key to the geopolitical construction of the relationship between Brazil and Suriname. The former Dutch colony was the last country in Latin America to achieve its sovereignty. The focus of this research are commercial diplomatic relations between Brazil and Suriname, highlighting the agreements made between the years 1975, year of independence of Surinam, to 2013 – a period in which Brazil began to adopt a focused foreign policy for the countries of the South America continent. This discussion is developed from the issue: How to understand bottlenecks of low commercial relationship between Brazil and Suriname, since the countries are geographically close and considering the imminent entry of Surinam in Mercosur? The methodology used is documentary analysis, including international treaties and official documents of both countries related to economic/commercial cooperation, and literature review.

Keywords: Economic Diplomacy; International Relations; Brazil; Suriname; Economy; Commercial exchanges.

SUMÁRIO

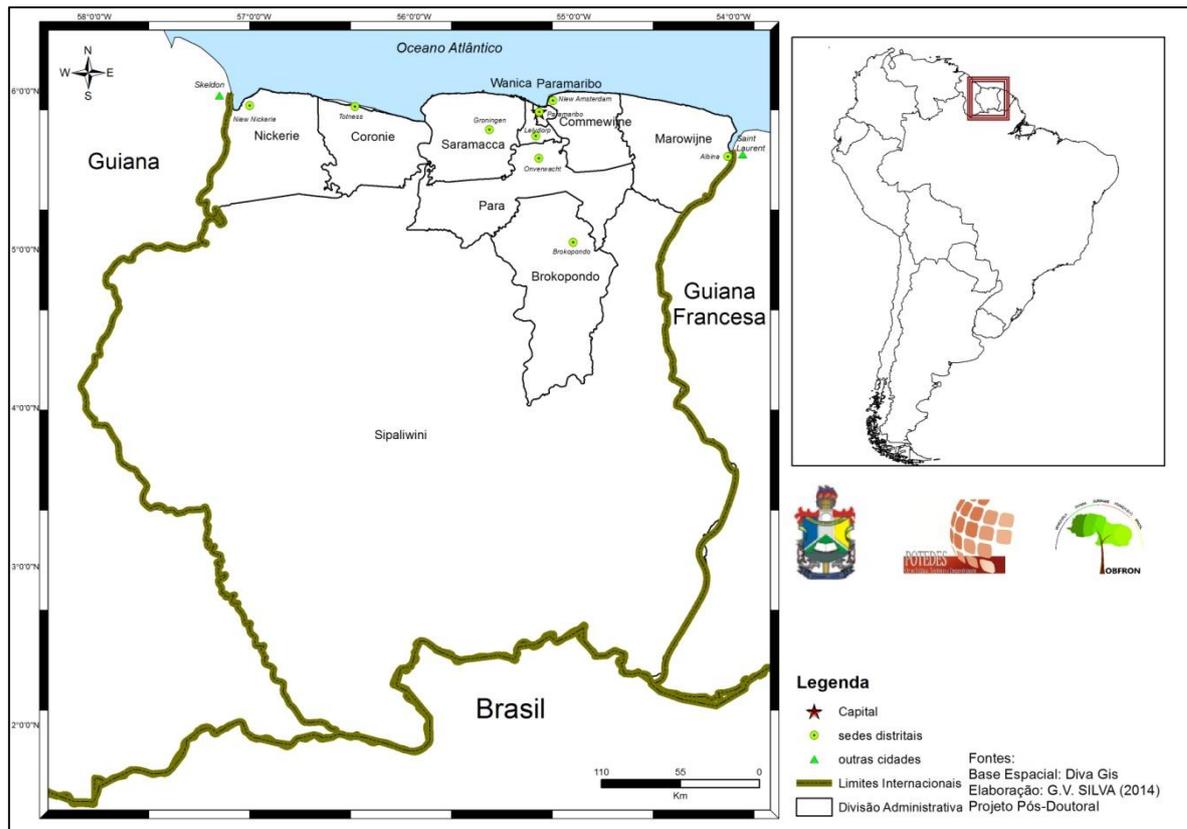
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DA DIPLOMACIA CLÁSSICA À DIPLOMACIA ECONÔMICA.....	9
2.1 DO CONCEITO À PRÁTICA BRASILEIRA.....	10
3. HISTÓRICO DA APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E SURINAME.....	15
3.1 A MISSÃO VENTURINI COMO CATALISADORA DA APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E SURINAME.....	20
4. OS ACORDOS DIPLOMÁTICOS E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E SURINAME.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

O cenário das relações internacionais no âmbito das nações sul-americanas passou – e tem passado – por várias transformações ao longo do tempo. Compreendê-las é fundamental para que se possa visualizar os diferentes caminhos construídos no continente. Tais transformações provocam mudanças significativas nos territórios dos países, o que foi elemento chave para a construção geopolítica da relação entre Brasil e Suriname – desde a independência deste último, em 1975.

O Suriname foi o último país da América Latina a conquistar sua soberania. Suas bases étnicas foram frágeis durante esse processo, assim como as relações com o Brasil. Além disso, sua economia se constituiu a partir da extração de minério – principalmente da bauxita e alumina calcinada –, tornando o país extremamente dependente da demanda dos minérios de seus parceiros, e também da ajuda holandesa para a ex-colônia.

Mapa 1 – Localização do Suriname



Fonte: Base Espacial Diva Gis. Elaboração: G. V. Silva, 2014.

Com a globalização econômica, passou-se a gerar uma maior interdependência entre os Estados e suas economias, potencializada pelo desenvolvimento e

sofisticação das tecnologias de comunicação. Essa globalização também mostrou que os Estados deixaram de ser os únicos atores das relações econômicas, e passaram a dividir o espaço entidades privadas – empresas transnacionais, Organizações Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), contribuíram para a evolução das relações econômicas.

O Brasil passou a estreitar as relações com a ex-colônia holandesa a partir da independência do Suriname, quando o governo brasileiro desempenhou papel fundamental na estruturação do país.

Durante o período conturbado da independência e um instável cenário internacional – a bipolarização mundial –, o Brasil proporcionou certa tranquilidade para os países vizinhos, garantindo a permanência do Suriname no eixo Norte Americano, além de manter os objetivos da política externa do governo Geisel, que então era voltada para a aproximação dos países do Planalto das Guianas.

As relações diplomáticas entre Brasil e Suriname são o foco desta pesquisa, destacando os acordos relacionados à economia e o fluxo de importação/exportação entre os países. Devido ao fato da proximidade geográfica e oportunidade de negócios em ambos os países, a relação é explorada de forma a buscar os interesses e possibilidades da aproximação comercial entre Brasil e Suriname.

O recorte temporal deste trabalho se focará na independência do Suriname (1975) até o ano de 2013, período em que é perceptível a aproximação diplomática entre os países – a partir da análise dos acordos diplomáticos bilaterais. Além disso, no período proposto é quando se nota uma política externa brasileira voltada para os países do continente sul-americano, principalmente os países da Amazônia e o Platô das Guianas, culminando em fatos históricos importantes para ambos os lados – como a Missão Venturini, explorada no segundo capítulo.

O objetivo deste trabalho será analisar os acordos diplomáticos do período de 1975 a 2013, além dos dados das trocas comerciais, de forma a compreender como funciona atualmente o cenário econômico entre Brasil e Suriname e suas perspectivas. Também serão explorados os motivos do estreitamento das relações com o Suriname no ano de sua independência, e qual o papel do Brasil durante o estabelecimento do país como tal.

O estudo é feito baseando-se na análise documental de acordos de cooperação econômica e comercial entre Brasil e Suriname e documentos voltados para os marcos da diplomacia mundial, também é realizada a investigação de notícias, busca de informações oficiais disponibilizadas em sites dos governos de ambos os países, além do estudo de livros e artigos que tratam da relação entre os países e seus contextos históricos.

A problemática trabalhada é: Como entender os gargalos da baixa relação comercial entre Brasil e Suriname, sendo países tão próximos e considerando a iminente entrada do Suriname no Mercosul?

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro aborda-se os principais marcos da diplomacia mundial, além das definições de diplomacia, diplomacia econômica e política externa. A segunda sessão aborda a história das relações entre Brasil e Suriname, tendo como marco o ano de 1975, além de contextualizar a situação do Suriname na América do Sul. O terceiro capítulo destaca a relevância dos acordos econômicos entre os dois países e analisa a situação econômica do Suriname, de modo a investigar as possibilidades de investimento numa maior cooperação comercial entre os países e os fatores que impedem o crescimento do estreitamento da relação entre ambos os países.

Estudos voltados sobre as relações econômicas entre Brasil e Suriname são necessários devido à escassez de materiais sobre o assunto, principalmente no que tange ao estudo da problemática proposta, além de ser relevante no panorama regional, considerando ainda que o Brasil demonstra anseios em estreitar as relações com o Suriname para fomentar o desenvolvimento da região e fortalecer a identidade da América do Sul.

2. DA DIPLOMACIA CLÁSSICA À DIPLOMACIA ECONOMICA

As relações diplomáticas são relevantes para se entender a trama internacional na qual interagem os países. A palavra deriva do grego *diploma* – fazer um acordo com outros países (HOUAISS, 2001) e expressa também a arte e a prática de conduzir as relações exteriores ou os negócios internacionais de um determinado Estado ou organização internacional. Geralmente, a ação diplomática, ou seja, aquele que *diploma*, é empreendida por intermédio de diplomatas de carreira e envolve assuntos de guerra e paz, comércio exterior, promoção cultural dentre outros (BARSTON, 2006). Neste sentido, as relações diplomáticas são definidas no plano do direito internacional pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) de 1963¹.

A diplomacia em um sentido comum ou informal, é o uso do tato para obter vantagem estratégica ou para encontrar soluções mutuamente aceitáveis voltadas ao desafio comum, baseadas em um conjunto de ferramentas usadas para que declarações sejam feitas de forma não conflituosa e educada (MELLO, 1986).

No contexto histórico, a prática da diplomacia no ocidente é registrada desde a formação das primeiras *ciudades-estados*², contudo, os diplomatas – durante a Antiguidade e a Idade Média – costumavam voltar para suas cidades de origem após a resolução das negociações específicas para as quais eram enviados. Os primeiros agentes diplomáticos permanentes a serem registrados na história eram denominados embaixadores, representantes permanentes da paz. Pouco tempo depois foram registrados os apocrisiários, geralmente estes eram os representantes do papa. Também haviam os *Procuratores in Romanam Curiam*, representantes dos soberanos europeus junto ao papa em Roma (MELLO, 1986).

Assim, surgiram os primeiros conceitos da diplomacia moderna. A diplomacia como vemos hoje tem por bases o modelo dos Estados da Itália Setentrional quando do início do Renascimento (SILVA, 2002). Naquele período foram estabelecidas as primeiras missões diplomáticas. A gênese da diplomacia ocorreu em Milão (Itália), em 1446, no governo de Florença (MELLO, 1986).

¹ A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD) é um tratado adotado em 24 de abril de 1963 pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas, que se reuniu no Palácio Imperial de Hofburg, em Viena, Áustria, de 2 de março a 14 de abril de 1961.

² Como as cidades gregas Atenas, Esparta e Tebas.

Com a Paz de Vestfália (1648)³, o sistema de equilíbrio europeu foi instituído, consolidando assim a necessidade das missões diplomáticas permanentes, por meio das quais os Estados passaram a buscar criar ou manter alianças no cenário internacional da época (CVRD, art. 3). Entretanto, a maioria dos embaixadores eram nobres ou políticos com pouca experiência nas relações exteriores, então foi necessária a criação de uma base de diplomatas profissionais para cumprir com as funções dos embaixadores. Com o crescimento da diplomacia profissional, na mesma época, começaram a surgir os primeiros Ministérios do Exterior, nas principais capitais europeias, como Paris, Londres e Madrid.

Devido ao crescimento e à presença de enviados diplomáticos nas capitais europeias surgiram conceitos como o da *precedência*, que organizava os chefes de Missão em ordem de importância. Contudo, as regras para tanto variavam em cada país como o critério de distinguir entre representantes de monarquias e repúblicas, ou de acordo com a religião oficial do Estado, tornando-se frequentemente confusas. Em 1815, o Congresso de Viena⁴ criou um sistema de precedência diplomática, mas sem sucesso no padrão. O tema continuou em discussão, até que com o art. 16 da CVRD o sistema foi regulado.

2.1 DIPLOMACIA ECONÔMICA: DO CONCEITO À PRÁTICA BRASILEIRA

A economia sempre foi uma das principais engrenagens do mundo. Contudo, o cenário econômico mundial sofre mudanças constantemente, se adequando às demandas no comércio internacional. Com a expansão dos mercados, o fenômeno da globalização e por ser essencial ao crescimento econômico de qualquer país, foi-se dando cada vez mais importância a diplomacia econômica. Esta resulta da combinação entre diplomacia e economia. A diplomacia econômica consiste na

³ A Paz de Vestfália foi uma série de tratados firmados para encerrar a Guerra dos Trinta Anos, reconhecendo também, oficialmente, as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. A Paz de Vestfália tornou-se o marco do moderno Sistema Internacional (BURNS, 1999).

⁴ Durante o período Napoleônico, a Europa foi alterada tanto política quanto economicamente, com isso o Congresso de Viena tinha como objetivo reorganizar as fronteiras que foram alteradas durante essa época e ainda restaurar a ordem absolutista do antigo regime. Contudo, os países ainda temiam que uma nova revolução acontecesse, pois, a instabilidade ainda era perceptível no cenário internacional. Para prevenir esta situação, houve a necessidade de selar um tratado, que estabelece a paz e a estabilidade na política europeia (BURNS, 1999).

procura de meios diplomáticos para atingir objetivos econômicos em comum entre países (GOMES, 2008).

Ao se tratar do campo econômico, as relações internacionais econômicas do Brasil, é possível analisar que:

Na terminologia da economia política, as relações econômicas internacionais do Brasil passam, entre o início do século XIX e meados do XX, de uma *diplomacia do primário*, comprometida com a promoção de alguns poucos produtos de base integrando sua pauta de exportação, para a crescente afirmação de uma *diplomacia do secundário*, voltada essencialmente para a grande tarefa da industrialização substitutiva e da capacitação tecnológica nacionais, antes de adentrar, no período recente, na diversidade de temas e de interesses econômicos que poderão conformar, no presente e no futuro, uma *diplomacia do terciário*, isto é, da era dos serviços, a qual parece caracterizar o mundo atual e o sistema contemporâneo de relações econômicas internacionais (ALMEIDA, 1999, p. 170).

Durante o império, as principais características da estrutura do relacionamento econômico externo do Brasil, poderia ser caracterizadas como: uma política comercial "instintiva", muito mais empírica do que doutrinal, marcada por uma "diplomacia evolutiva", a partir do livre-comércio obrigatório, até um tipo de protecionismo oportunista ou ocasional, impulsionado pela precariedade da base fiscal do governo; ao se tratar da área financeira externa, uma diplomacia que era vista como uma "diplomacia dos empréstimos", derivada em grande parte da irresponsabilidade do Estado em questões orçamentárias, com a dependência crescente de capitais estrangeiros; uma estrutura funcional-burocrática eficiente na defesa de seus interesses econômicos externos, com uma precoce profissionalização do corpo diplomático e um processo decisório amplamente interativo com os interesses da elite dirigente; e, a busca de uma forte presença diplomática em todos os países importantes e em foros internacionais relevantes, buscando colocar o Brasil no mesmo plano das "potências" internacionais. (ALMEIDA, 1999).

Durante o século XIX os acordos bilaterais representavam o instrumento mais utilizado nas negociações econômicas dos países. Os acordos multilaterais começaram a suplantá-los apenas a partir da segunda metade do século XX, sendo inaugurados no final do século XIX, durante a fase do capitalismo triunfante, mas logo interrompidos pelos desastres políticos, econômicos e sociais das duas guerras mundiais e pela depressão e o protecionismo dos anos 1930.

Bretton Woods⁵ é o marco inicial do processo multilateral, que se desdobra em demais conferências econômicas como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)⁶, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)⁷, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)⁸ e outros foros utilizados para inserir os países menos avançados na economia mundial.

A diplomacia brasileira, passou então a adotar novas características no século XX: deixou de ser instintiva, passando a ser racional e "pragmática", ainda marcada por um caráter "evolutivo", mas plenamente inserida num projeto desenvolvimentista, recusando tanto a ideologia do livre-comércio como o protecionismo aberto e, diferentemente do século XIX, sem motivações provenientes de preocupações fiscais, mas com objetivos claramente industrializantes e de penetração de mercados; na área financeira a "diplomacia dos empréstimos" passou a ser bastante cautelosa na definição do grau de exposição externa, derivada de experiências de estrangulamento em certos períodos, o que trouxe um novo sentido de responsabilidade da parte do Estado e de seus gestores na área orçamentária, agora conscientes dos efeitos indesejados da dependência existente anteriormente em relação aos capitais estrangeiros; a preservação de uma estrutura funcional-burocrática profissionalizada e funcionando sob altos padrões de eficiência administrativa; e, a manutenção da busca pela forte presença diplomática em todos os foros internacionais relevantes e de um relacionamento ativo com os parceiros economicamente mais importantes, com

⁵ A conferência de Bretton Woods definiu o sistema de gerenciamento econômico internacional, estabelecendo em junho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre as nações industrializadas. Na ocasião foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) e foi estabelecido que o dólar norte-americano seria referência para as moedas dos demais países signatários. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplar de uma ordem monetária mundial (CARVALHO, 2007).

⁶ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em inglês General Agreement on Tariffs and Trade, foi estabelecido em 1947 tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. É uma das bases da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). O GATT consiste em um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, sendo um acordo temporário até a criação da mal sucedida Organização Internacional do Comércio (OIC). Contudo, a OIC fracassou logo que criada, deixando o GATT responsável novamente pela regulamentação do comércio, até a criação da OMC (MATTHE, 2010).

⁷ A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, em resposta às reivindicações de países subdesenvolvidos, que entendiam que as negociações realizadas no GATT não abrangiam os produtos exportados por eles (matérias-primas). A UNCTAD é um órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas, contudo suas decisões não são de cunho obrigatório (UNCTAD, 2013).

⁸ ONUDI – A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial foi criada em 1996, tornando-se agência especializada da ONU em 1985, buscando promover o desenvolvimento industrial para a redução da pobreza, a globalização inclusiva e a sustentabilidade ambiental (ONU, 2015).

vistas à maximização de ganhos no plano da inserção externa, visando a maximização da inserção brasileira no cenário econômico internacional (ALMEIDA, 1999).

É interessante destacar ainda, que no império o Brasil se destacou no âmbito diplomático, pois

O que realmente aparece como surpreendente na experiência histórica da diplomacia econômica brasileira, tal como praticada ao longo do século XIX, é a sua grande capacidade analítica, sua organização avançada, sua forte presença política e geográfica nos mais diferentes foros abertos ao engenho e a arte de seus representantes profissionais, num país que, finalmente, estava longe de conformar um paradigma do capitalismo pioneiro ou um palco ideal para o exercício das vantagens comparativas de um êmulo do "burguês conquistador" em sua versão tropical. (ALMEIDA, 1999, p. 181)

Em suma, a evolução da diplomacia econômica brasileira pode ser vista como cautelosa nos processos de liberalização comercial, fragilidade financeira marcante, sucessos parciais nos investimentos e na captação de tecnologia, boa inserção nos diversos foros do multilateralismo econômico e excelente corpo diplomático, capaz de inserir o Brasil em todas as frentes de negociações internacionais.

Nesse contexto, é de extrema importância frisar a diferenciação entre diplomacia e política externa: A diplomacia é um meio de execução da política externa, que por sua vez é definida pelo governo. Para Almeida (2009, p. 3), a política externa:

Representa dispor de objetivos expressamente definidos para a diplomacia nacional e, como tal, claramente descritos, não de modo vago e genérico, mas de maneira objetiva, tocando nos pontos relevantes do que se pretende fazer. Todo e qualquer governo precisa ter uma ideia clara de como o país se insere no chamado "cenário internacional", quais são os limites impostos à ação internacional do país e quais são os seus objetivos de política externa. Conhecer os limites da ação diplomática permite quantificar os meios a serem mobilizados, o que, por sua vez, ajuda no processo de definição de um conjunto de objetivos nacionais estrategicamente viáveis. A política externa costuma ser considerada como a expressão de sua política interna, continuada por outros meios, num sentido figurativamente "clauswitziano"; mas esse tipo de correlação "causal", quase mecânico em sua formulação, não é necessariamente válido, pois a política externa pode estar claramente dissociada de seus fundamentos internos: um governo democrático pode perfeitamente projetar-se externamente de modo imperialista – como foi o caso, por exemplo, do sistema colonial britânico, o mais extenso territorialmente no decorrer da era moderna –, assim como uma autocracia pode conduzir uma política externa sensata, moderada e respeitadora do direito internacional – como pode ser, teoricamente, o caso da China.

A política externa é um instrumento de suma importância para os países. Ela se centraliza na questão de que deve ser um componente do planejamento do desenvolvimento de determinada nação. Isso quer dizer que as ações e o papel da política externa, devem corresponder a um objetivo maior de promover o desenvolvimento do país. O que será analisado nas sessões posteriores é de que

forma o Brasil se portou no cenário internacional do contexto América Latina, de modo a conduzir sua diplomacia voltada para acordos econômicos com o Suriname.

3. HISTÓRICO DA APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E SURINAME

O litoral surinamês foi avistado por Cristóvão Colombo em 1498, mas apenas foi ocupado durante o século XVII, por britânicos. Em 1667 uma frota holandesa invadiu a colônia, tornando o Suriname parte definitiva dos Países Baixos, trocando este território com a Inglaterra pela ilha de Manhattan, hoje parte dos Estados Unidos da América (EUA). Uma das principais motivações dessa troca com a Inglaterra, deu-se a partir da necessidade de abrigar agricultores holandeses que exploravam o açúcar no Brasil.

No século XIX, com o aumento da demanda por açúcar, o governo *neerlandês* importou mão-de-obra semiescrava da Ásia, que se somou aos escravos africanos e aos indígenas nativos na exploração das plantações na margem direita do rio Suriname (VAN LIER, 2005).

Frente ao contexto histórico, é possível notar que a grande diversidade de culturas fixadas no Suriname foi um dos fatores decisivos para a demora da independência: A falta de um costume forte e população autóctone proporcionou uma maior facilidade para a fixação dos colonizadores, além de que o sentimento de nação por parte dos poucos habitantes demorou a florescer devido a essa condição.

Os primeiros indícios de independência começaram no ano de 1973, quando Henck Arron líder do Partido Nacional do Suriname (NPS) – de base crioula –, vence as eleições, se tornando primeiro ministro, porém a independência do Suriname foi proclamada dois anos depois, em 25 de novembro de 1975, com o consentimento holandês. Após a proclamação da independência, aproximadamente um terço da população – que era detentora de cidadania holandesa – se transferiu para os Países Baixos. Tal acontecimento levou os pais a enfrentar uma forte carência de recursos humanos qualificados.

O sistema político que constituiu o Suriname entre 1975 e 1980, passou a ser uma mistura de diversas características:

[...] foi constituído como uma democracia parlamentar de inspiração ocidental, mas combinava características do *apanjaht* e da democracia consorcional. O *apanjaht* era o sistema de partidos com identificação étnica e correspondente disposição popular de votar por sua própria raça. Os principais partidos políticos do Suriname eram ligados aos crioulos, hindustanis e javaneses, grupos étnicos que juntos detinham quase 80% dos votos. A democracia consorcional, por sua vez, importada dos Países Baixos, consistia numa forma de governo em que as divisões étnicas eram apaziguadas por meio de

sistemas de proporcionalidade e compartilhamento de poder. (URT, 2010, p. 71)

No panorama da política externa do Suriname, é importante frisar que a relação do Suriname com o Brasil se deu durante a década de 1970 onde o governo brasileiro passou a dar mais importância para o referido Planalto das Guianas, baseando-se nas doutrinas desenvolvidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), que, à época, enfatizava a proteção das fronteiras e a ocupação da Pan-Amazônia (MATTOS, 1980). Frente a situação, o governo de Geisel passou a adotar a política internacional de reconhecimento do processo de descolonização pós-Segunda Guerra, ao qual reconheceu a independência surinamesa.

No ano anterior à independência do Suriname, a política externa do governo Geisel foi definida de forma a valorizar a diplomacia, tornando-a um instrumento mais eficaz, além de buscar a cooperação e expansão do comércio exterior de forma a suprir as matérias-primas de insumos, a política externa nesse período também focou no acesso a tecnologias avançadas para dar suporte ao plano interno de autossuficiência (URT, 2010). O primeiro contato oficial entre os dois países foi a visita do primeiro ministro e chanceler surinamês Henck Arron, de 21 a 25 de julho de 1976. Na ocasião foram assinados os primeiros tratados entre Brasil e Suriname, e foi instituída uma comissão mista entre ambos os países para analisar os meios necessários para aumentar a troca comercial bilateral e a cooperação nos âmbitos econômico, técnico e científico (URT, 2010).

O Suriname também apareceu na política externa do governo Geisel em razão do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978, em conjunto com Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana. Para o governo brasileiro, era interessante aproximar-se dos países vizinhos do norte do continente pois a maioria dos países amazônicos possuía reservas de petróleo e forte potencial para se tornarem consumidores de produtos industrializados brasileiros. Alguns dos objetivos da diplomacia brasileira com o TCA eram tirar Guiana e Suriname do isolamento que estavam submetidos pelo seu status de ex-colônias; afastar temores quanto ao expansionismo brasileiro, procurando criar uma base continental sólida para a construção de sua política externa independente; criar um clima cooperativo na região amazônica de forma a balancear as dificuldades com a Argentina em torno do aproveitamento do potencial energético dos recursos hídricos na bacia do Prata.

A partir de então a República do Suriname se construiu em bases frágeis, passando por diversos momentos de crise em sua democracia recém-estabelecida. A maior delas se deu em 25 de fevereiro de 1980:

O governo de Henck Arron, primeiro-ministro eleito em 1973 e autor da proclamação de independência de 1975, transcorreu sem grandes percalços, a despeito dos conflitos étnicos e da maioria apertada no Parlamento. Em janeiro de 1980, a crise econômica e social refletiu-se numa greve de soldados do exército. A resistência do governo em ceder as exigências dos suboficiais e dos soldados prolongou as tensões. Em 25 de fevereiro de 1980, três sargentos do Exército lideraram entre 150 e 300 soldados numa rebelião que derrubou o poder estabelecido. (URT, 2010, p. 71)

A “Revolta dos Sargentos”, como foi chamado o acontecimento, foi um golpe militar atípico por não possuir um caráter revolucionário, nem reacionário, assim como não foi proveniente de preocupações relacionadas a Guerra Fria.

Neste sentido, a referida revolta não seguiu as doutrinas de segurança inspiradas nos Estados Unidos e nem de alinhamentos com a União Soviética, por se tratar de um levante militar provocado exclusivamente por questões internas, quase limitadas ao espectro das relações da classe militar com o governo. Contudo, o caráter não-ideológico do levante não era evidente internacionalmente. Os Estados Unidos estavam preocupados com a disseminação de revoluções marxistas na América Central e no Caribe.

Ao mesmo tempo, a revolução Sandinista conseguiu tomar o poder em 1979 na Nicarágua, reavivando o movimento revolucionário em El Salvador. Jamaica e Granada faziam aproximação com Cuba em 1980, enquanto no norte da América do Sul a Guiana servia de ponto de reabastecimento de aviões cubanos a caminho de Angola. O governo norte-americano cogitou estabelecer uma base da OTAN em alguma das colônias insulares holandesas. Com a mudança da ordem constitucional, o Suriname poderia se tornar um ponto de instabilidade na América do Sul.

O então presidente Johan Ferrier, que no regime parlamentarista surinamês representava mais uma autoridade moral que política, inicialmente foi mantido no posto, compondo o governo com os membros dos partidos minoritários de esquerda e partidos da oposição. Os três antigos partidos do *apanjaht*, desacreditados entre os novos governantes militares, foram banidos. O poder passou a ser exercido pelo Conselho Nacional Militar. Já em agosto de 1980, um segundo golpe (dirigido pelo tente coronel Comandante do Exército e chefe do Conselho nacional Militar Desiré

Delano (Desi) Bouterse) depôs o presidente Ferrier, substituindo-o por Henk Chin-A-Sen, que até então ocupava o cargo de primeiro ministro.

Na época, afirmou-se que o principal objetivo do golpe de agosto era “limpar” do governo pessoas favoráveis a Cuba. Entretanto, a presença da esquerda no governo era necessária para contar com parceiros civis e estabelecer legitimidade popular, além de que o principal objetivo do golpe era fortalecer e consolidar o governo militar. De tal modo, o período entre 1980 e 1982 foi de consolidação dos militares no poder e supressão de rivais. Durante essa fase, houve o desencadeamento de um golpe organizado pelo vice-presidente Andre Haakmat em 1981, e ainda dois novos golpes de estado em 1982 – sendo o primeiro bem-sucedido e o segundo não.

Em 4 de fevereiro de 1982, antes do segundo aniversário da Revolta dos Sargentos, os militares surinameses – novamente liderados por Desi Bouterse – destituíram o presidente Chin-A-Sen. A partir de então, a presidência da República passou a ser exercida integralmente por Bouterse – embora Chin-A-Sen ocupasse cargo para manter as aparências, já que o poder estava nas mãos dos militares desde 1980.

Poucos dias antes do referido golpe, o clima político no Suriname parecia estável: o então presidente tinha apoio popular e sindical, e os diplomatas brasileiros servindo em Paramaribo não notaram qualquer irregularidade no cenário local:

[...] poucos dias antes do golpe – no dia 25 de janeiro de 1982 –, o chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, havia visitado o Suriname e fora recebido conjuntamente pelo presidente Chin-A-Sen e pelo coronel Bouterse sem que houvesse nenhuma animosidade aparente (JORNAL DO BRASIL, 1982a). Os motivos do golpe de 4 de fevereiro foram os desentendimentos entre o Conselho Nacional Militar e o presidente quanto a orientação pró-socialista e do estreitamento dos laços com Cuba, defendidos por Bouterse, bem como quanto ao retorno das eleições diretas, defendido por Chin-A-Sen (URT, 2010, p. 72-73).

O segundo golpe foi iniciado por um grupo de dissidentes da Revolta dos Sargentos, que estavam descontentes com os rumos que o país vinha tomando, acima de tudo com a orientação socialista e neutralista imposta por Desi Bouterse. Em 11 de março de 1982, oficiais de direita liderados pelos tenentes Surendre Rambocus e Henri Gorre e pelo sargento-major Wilfred Hawker anunciaram ter deposto o governo de esquerda. Contudo, o presidente conseguiu escapar e reuniu duas forças nos arredores de Paramaribo, preparando uma retaliação eficaz. Em 15

de março, Bouterse havia retomado o poder após capturar e fuzilar o sargento-major Hawker.

No dia 1 de abril de 1982, um novo governo civil foi empossado, liderado pelo primeiro-ministro Henry Neyhorst, entretanto, após uma série de greves e protestos contra a orientação do governo ser considerada de extrema esquerda, o coronel Bouterse voltou a assumir o controle do Suriname (em 8 de dezembro de 1982). Uma semana depois, quinze líderes da oposição foram fuzilados pelo governo, e trinta e seis outros foram assassinados sob a justificativa de estarem tentando fugir da prisão. Tais acontecimentos ficaram conhecidos como o “massacre de dezembro”, e devido aos fatos o regime militar impôs um rigoroso toque de recolher, censurou a imprensa e interrompeu as comunicações com o exterior.

O regime militar no Suriname contava com a participação de agentes cubanos e nicaraguenses. Nos Estados Unidos e na Europa surgiram preocupações de que o Suriname pudesse se tornar parte do regime socialista cubano, ameaçando assim as Antilhas Holandesas, a Guiana, Venezuela e o Brasil.

As mortes de dezembro provocaram reações intensas no cenário internacional, os Países Baixos suspenderam a ajuda financeira prestada desde 1975 (o chamado “Plano Lubbers”, que auxiliava a sustentação econômica da ex-colônia holandesa, uma espécie de “dote”), os Estados Unidos, também em resposta às mortes, suspenderam a ajuda monetária de US\$ 1,5 milhão que davam ao Suriname.

Entre os anos de 1980 e 1982, as entidades internacionais acreditavam que o país estava se tornando esquerdista, e em diversos momentos o presidente afirmou que transformaria o Suriname em um país socialista e revolucionário, além de ter conduzido as relações internacionais para um novo formato. A quase exclusiva relação com a ex-metrópole e com os Estados Unidos desapareceu, em favor de uma “diversificação” de contatos, principalmente com representantes da esquerda latino-americana. O presidente também estabeleceu relações com os sandinistas na Nicarágua, com Cuba e com o movimento New Jewel em Granada, a Líbia também se tornou mais presente no Suriname (URT, 2010).

3.1 A MISSÃO VENTURINI COMO CATALISADORA DA APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E SURINAME

No governo de Figueiredo – que abrangeu os sucessivos desequilíbrios de poder no Suriname, assim como a cooperação entre ambos os países – o ministro Saraiva Guerreiro mantinha a mesma linha do governo de Geisel: a política externa pretendia maximizar o desenvolvimento do país – na aquisição de tecnologia de ponta –, sendo o principal objetivo da diplomacia. Para tanto, foi estimulada a cooperação Sul-Sul, como uma forma de fortalecimento do país, enfrentamento da dívida externa e combate ao protecionismo do hemisfério norte (URT, 2010).

Em abril de 1983, deu-se início à um processo de inteligência que envolveu o então presidente da República do Brasil, João Figueiredo, membros do Conselho de Segurança Nacional, o chefe do Gabinete Militar – Danilo Venturini –, o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) – Octavio Aguiar de Medeiros –, além do Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro. O presidente decidiu que Danilo Venturini iria como seu emissário pessoal ao Suriname com o objetivo de fazer uma contraproposta em relação à cubanização, e impedir que a América do Sul se tornasse parte do conflito Leste-Oeste. A escolha pelo chefe do gabinete militar se deu, pois, além dele ser membro do mais alto escalão do governo brasileiro, ele também era militar, com isso sua ida ao Suriname também serviria como uma mensagem aos cubanos (URT, 2010).

Com a organização da missão, entre 15 e 17 de abril de 1983, Danilo Venturini – acompanhado pelo chefe da Divisão da América do Itamaraty, Osmar Vladimir Chohfi, pelo conselheiro Fagundes Fernando, pelo coronel Quijano, do Conselho de Segurança Nacional, e pelo coronel Carrocho, do Serviço Nacional de Informações –, foi enviado pelo governo brasileiro para liderar uma missão diplomática ao Suriname, com o intuito de influenciar Bouterse a manter-se na esfera capitalista-ocidental. Na ocasião, o governo brasileiro ofereceu diversos programas de cooperação, como na área agroindustrial, além de programas de assistência civil e treinamento militar, bolsas de estudo em universidades amazônicas, fomento ao comércio bilateral, estudos para a construção de usinas hidrelétricas, aumento de transportes aéreos e marítimos entre os dois países e até mesmo a transmissão via satélite de jogos de futebol do Brasil – aqui nota-se a relevância da cultura do futebol brasileiro no mundo,

um fator que também remete à utilização de *soft power*⁹ para alcançar os objetivos da missão. O governo brasileiro ofereceu ainda uma linha de crédito de 70 milhões de dólares, a ser utilizada principalmente para a importação de materiais bélicos do Brasil (ÁVILA, 2011).

Apesar da iniciativa brasileira ter gerado polêmica, a missão trouxe resultados. Durante a visita, Bouterse manifestou que o Suriname pretendia continuar na América do Sul, e assim como o Brasil, permanecer afastado de conflitos que lhe seriam alheios. Além disso, fazendo alusão à doutrina Monroe e dando uma resposta ao intervencionismo americano, disse: “O Suriname para os surinameses, o Brasil para os brasileiros; e a América do Sul para os sul-americanos” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1983 apud URT, 2010).

Ainda houve, além dos discursos, outros resultados: Desi Bouterse decidiu fazer uma reformulação do programa de governo – programado para ser anunciado no dia 1 de maio do mesmo ano –, removendo a inclinação socialista. Em junho de 1983, o presidente do Suriname também demitiu o principal aliado de cuba no governo, o ministro Badresein Sital, e em 25 de outubro o Suriname rebaixou a representação diplomática de Cuba em Paramaribo, além de suspender todos os acordos firmados anteriormente.

As negociações entre os representantes de ambos os governos continuaram no período de 23 a 25 de maio de 1983, com a visita do primeiro-ministro surinamês Errol Alibux em Brasília. A visita do primeiro-ministro foi a primeira missão ao exterior desde sua nomeação, por Bouterse, para assumir a administração pública do Suriname. Errol Alibux foi objeto de tratamento privilegiado, sendo recebido pelo presidente, João Figueiredo, e pelo chanceler Saraiva Guerreiro, além de ter um discurso presidencial na ocasião, visita do mandatário brasileiro à recepção na embaixada do Suriname em Brasília e assinatura de acordos de cooperação, acertados na visita de Danilo Venturini.

⁹ Soft power (ou poder brando) é um termo usado na teoria das relações internacionais para descrever a habilidade de um corpo político (como um Estado) para influenciar indiretamente o comportamento ou os interesses de outros corpos políticos, seja por meios culturais ou ideológicos. O termo foi usado pela primeira vez pelo professor de Harvard Joseph Nye, o conceito foi desenvolvido em seu livro “Soft Power: The Means to Success in World Politics”, publicado em 2004. O poder brando é o oposto do hard power, que caracteriza a medida realista de poder predominante, que seria a utilização de grandes números: população, tecnologia militar ou o PIB de determinado país. O soft power depende, em grande parte, da reputação do ator no cenário internacional, e é geralmente associado com a ascensão da globalização e com a teoria neoliberal das relações internacionais (GUERALDI, 2005).

Ainda na ocasião da visita do primeiro ministro,

[...] Figueiredo chegou a manifestar que “o potencial humano e de recursos naturais do Suriname e do Brasil, assim como a firme determinação política de nossos Governos, condições essenciais para que ser exploradas amplas perspectivas de incremento da cooperação bilateral”. Também que “com esse espírito, que o Brasil deseja, sincera e fraternalmente, que o Suriname alicerce, seguramente, no contexto de crescente aproximação e harmonia com seus vizinhos sul-americanos, o seu progresso, seu bem-estar e a afirmação de sua personalidade nacional. O Brasil estará sempre disposto a prestar ao país vizinho e amigo, em tudo o que lhe for possível, a sua colaboração franca e eficaz” (ÁVILA, 2011, p. 17).

A missão foi bem-sucedida, mantendo o Suriname afastado do socialismo. Desde então, as relações Brasil-Suriname começam a se tornar mais fortes, voltadas para diversas áreas, procurando proporcionar um maior nível de crescimento e desenvolvimento econômico para o país, além disso, o regime militar brasileiro passou a apoiar o governo militar do Suriname, de forma a auxiliar na luta contra grupos armados nacionalistas que ameaçavam o poder dos militares surinameses.

O comportamento brasileiro evidencia como o país soube responder aos desafios de segurança típicos do período da Guerra Fria, combinando um corpo diplomático bem preparado e tradições na condução da política externa, com o principal objetivo de construir uma imagem confiável no contexto da América do Sul. Medidas como a Missão Venturini foram de suma importância para que o Brasil pudesse estabelecer uma rede de paz e cooperação no continente, o que foi decisivo para que houvesse a integração regional, em diversos campos, nos anos 1990 com a criação do Mercosul.

A postura do governo surinamês mostra que seu líder também soube agir de forma pragmática, utilizando-se de atos com efeito de grande repercussão – como o rápido afastamento do alinhamento com Cuba –, para buscar uma estabilização com o polo capitalista à época, por meio do Brasil, evitando que o país se tornasse problemático, e assim pôde criar um espaço para a construção de seu poder.

Apesar dos esforços surinameses, a economia no país se tornou cada vez mais precária (já que a Holanda havia retirado sua ajuda à ex-colônia), o que pressionou o governo a restituir a democracia. Em 30 de setembro de 1987, uma nova constituição foi aprovada via referendun popular, restituindo o governo civil, mas ainda dando plenos poderes aos militares – com a criação do Comando Militar e do Conselho de Estado, ambos com poder de veto e intervenção no país, sob o controle de Bouterse (SINGH, 2008).

A parceria entre Brasil e Suriname a partir da independência deste último, tornou a aproximação diplomática muito mais intensa, assim como a efetivação de acordos voltados para assuntos econômicos, ao quais tornaram-se fortes bases para a estruturação do país recém-independente.

4. OS ACORDOS DIPLOMÁTICOS E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E SURINAME

Os primeiros indícios de uma aproximação diplomática entre Brasil e Suriname começaram um ano após a independência do Suriname, contudo, já havia um tratado assinado entre ambos os países em 1972, o “*Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países*” – que entrou em vigor em 19 de janeiro de 1972¹⁰. Em 1976 foi assinado o *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica* entre tais governos para a implementação do Projeto “*Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname*”. Esta ação objetivou ajudar tal país na sua estruturação financeira após a independência. Ainda em 1976, também foi assinado o *Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio* e o *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica* para a implementação do Projeto “*Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para a Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)*”.

A partir de então, as relações diplomáticas entre os dois países se tornaram mais estreitas. Em 1978 Suriname e Brasil trabalharam juntos por ocasião do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Para o Brasil, o tratado objetivava abrandar o isolamento da Guiana e do Suriname ao incluí-los em discussões de defesa, minimizar possíveis temores quanto um expansionismo brasileiro e criar um clima de estabilidade e cooperação entre os países amazônicos (URT, 2010).

Em 25 de janeiro de 1982 o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro encabeçou uma visita oficial brasileira no Suriname, visita essa que defendeu a “tese da cooperação necessária” para a política externa brasileira. Esta tese alegava que o desenvolvimento econômico seria a melhor forma de evitar que surgissem regimes comunistas e garantir a segurança nacional, o que era, de certa forma, uma crítica à política externa dos Estados Unidos. Saraiva Guerreiro defendia esta estratégia para as relações não apenas com o Suriname, mas toda a América Latina, como forma de promover uma imagem do Brasil mais positiva e cooperativa, em oposição a uma possível identificação do país como imperialista, subimperialista ou hegemônico (URT, 2010).

¹⁰ Texto integral do acordo não encontrado no banco de dados da Divisão de Atos Internacionais – DAI/MRE.

O governo de João Figueiredo, à época, deu um parecer favorável quanto à proposta apresentada pelo chanceler Saraiva Guerreiro, mas por conta da crise da dívida externa latino-americana na década de 1980 num momento inicial o Brasil não dispunha de fundos para oferecer ajuda financeira ao Suriname. Contudo, com o golpe de Estado no Suriname, em 1980, e uma percebida simpatia do novo presidente Dési Bouterse em relação ao marxismo, mobilizaram o governo brasileiro a montar uma ofensiva diplomática dissuasiva conhecida como *Missão Venturini*, já mencionada (ÁVILA, 2011).

O Brasil e o Suriname possuem vinte e quatro acordos bilaterais assinados, havendo um acordo expirado, quatro em tramitação e dezenove em vigor. Contudo, do ano de 1975 a 2013, são seis acordos voltados para o campo do desenvolvimento econômico, sendo que um ainda está em tramitação, como ilustra o quadro a seguir (MRE, 2013).

Quadro 1 – Acordos diplomáticos na área econômica entre Brasil e Suriname (1975-2013)

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTO	ANO	SITUAÇÃO
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname”	Cooperação Técnica	1976	Vigente
Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para a Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)”	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	1976	Vigente
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	Paz, Amizade, Comércio e Navegação	1976	Vigente

Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a República do Suriname em Matéria de Comércio e Investimento	Mercosul	2000	Em Tramitação
Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para Comércio de Arroz, entre Brasil e Suriname (Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica n 41)	Aladi	2005	Vigente
Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	Comércio	2007	Vigente

Fonte: Divisão de Atos Internacionais (DAI-MRE) / Org.: Brenda Farias da Silva, 2014.

Como é possível notar, no ano que se seguiu a independência do Suriname, o volume de acordos assinados foi maior, tendo uma queda logo após. Contudo, Brasil e Suriname possuem uma cooperação próxima, voltada para outros temas além da economia, como por exemplo o compartilhamento de dados gerados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), investigação policial conjunta acerca do tráfico de pessoas e apoio técnico brasileiro para a exportação agrícola surinamesa a países caribenhos. No total, o Brasil mantém cerca de 70 projetos de cooperação bilateral com o Suriname (MRE, 2012).

Se levarmos em consideração a situação interna do Suriname no período em que os tratados econômicos ficaram “suspensos”, podemos identificar que a causa desse espaço de 24 anos desde a assinatura do *Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname* foi a mudança na estrutura política e econômica surinamesa. Ao se tornar independente o Suriname possuía um panorama favorável economicamente, a usina hidrelétrica recém construída no país gerava energia suficiente para a indústria da bauxita¹¹, além de que o país recebia rendas extras com o estabelecimento da Associação Internacional da Bauxita (IBA). Ao conquistar sua independência, o Suriname também recebeu cerca de 2 bilhões de *guilders* holandesas, como uma espécie de dote.

¹¹ O principal volume de exportação surinamesa é proveniente da exploração da Bauxita.

Todos esses fatores contribuíam para as mudanças estruturais necessárias para o início de bases de desenvolvimento. Entretanto, quando o governo militar assumiu o poder em 25 de fevereiro de 1980 os holandeses decidiram suspender a ajuda ao desenvolvimento da ex-colônia, além disso uma recessão mundial atingiu a exportação da bauxita e do alumínio – que também passou a ser produzido pelo Suriname –. A inflação no país aumentou, e a ausência de uma moeda forte fez com que o governo fosse obrigado a racionar alimentos e demais artigos necessários no dia-a-dia. Portanto, é notável os motivos pelos quais os acordos diplomáticos voltados aos assuntos econômicos entre Brasil e Suriname fossem suspensos. Esse panorama de crise interna mudou apenas em 1987, quando o governo democrático foi restituído no Suriname (EGGER, 2009).

A economia do Suriname é uma das menores da América Latina e depende totalmente da mineração. A produção de bauxita no país corresponde a 3% da produção mundial. A alumina calcinada, em conjunto com o ouro e o petróleo bruto correspondem por mais de 80% da exportação, metade do Produto Interno Bruto (PIB) e por 25% das receitas governamentais, ou seja, a economia do Suriname é altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas commodities (FUNCEX, 2010).

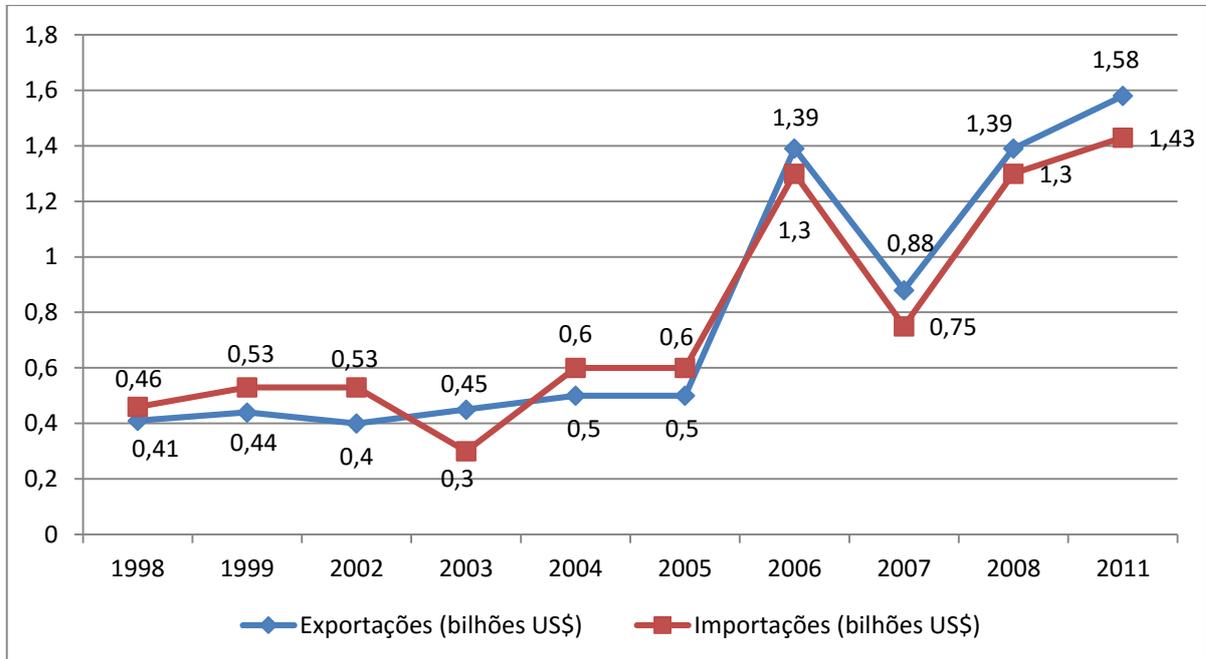
A partir de 2009, com a crise internacional se agravando, o crescimento da economia do país diminuiu, principalmente em virtude da queda nos preços das commodities no âmbito internacional. Com a recessão global, a empresa australiana BHP Biliton, maior produtora mundial de alumínio, foi motivada a encerrar suas atividades no país. Além disso, a crise provocou medidas como a contração dos gastos públicos e também a expansão de crédito interno para o setor privado.

A economia surinamesa é pequena, em 2009 seu PIB foi de US\$ 2,2 bilhões. Em comparação com a América Latina e o Caribe, a participação do país representa apenas 0,05% do PIB da região. Em relação ao Brasil, a economia do Suriname é equivalente, em tamanho, à do município de Florianópolis, Santa Catarina (FUNCEX, 2010).

O crescimento econômico manteve-se em cerca de 4-5% ao ano em 2010-13, mas o orçamento do governo foi atingido pela alta inflação em 2010. Em janeiro de 2011, o governo desvalorizou a moeda em 20% e aumentou os impostos para reduzir o

déficit orçamentário. Como resultado dessas medidas, a inflação recuou para cerca de 4% em 2013 (CIA, 2013).

Gráfico 1 – Exportações e Importações do Suriname (Bilhões US\$)



Fonte: CIA World Factbook, 2013.

As exportações do Suriname consistem, em sua maioria, em: Alumina, ouro, petróleo bruto, madeira serrada, produtos de pesca e de agricultura (como camarão, peixe, arroz e bananas como os mais expressivos). Enquanto suas importações são voltadas principalmente para commodities, como bens de capital, petróleo, alimentos, algodão e bens de consumo.

Tabela 1 - Principais parceiros de exportação do Suriname (2012)

Ranking	Parceiros	Milhões de Euros	(%)
1	União Europeia	240	24,74
2	Estados Unidos	226	23,30
3	Emirados Árabes Unidos	104	10,72
4	Canadá	90	9,28
5	Guiana	56	5,77
6	Barbados	41	4,23
7	Noruega	24	2,47
8	Trinidad e Tobago	17	1,75
9	China	17	1,75
10	Jamaica	7	0,72
	Resto do Mundo	148	15,26

Exportação total	970	100
------------------	-----	-----

Fonte: União Europeia (2013).

De acordo com os dados da União Europeia, o Brasil é o oitavo maior parceiro de importação do Suriname, totalizando 2,90% da importação do país, enquanto em relação à exportação, os números são menos significantes: O Brasil nem ao menos entra no ranking dos dez maiores exportadores do Suriname (Tabela 1). Dessa forma, é possível notar que há uma lenta expansão dessa relação entre Brasil e Suriname, por outro lado, os tratados no âmbito do crescimento econômico mostram o esforço que há para a ampliação desse ramo.

Tabela 2 - Principais parceiros de Importação do Suriname (2012)

Ranking	Parceiros	Milhões de Euros	(%)
1	Estados Unidos	429	23,89
2	União Europeia	398	22,16
3	China	162	9,02
4	Emirados Árabes Unidos	131	7,29
5	Antígua & Barbuda	121	6,74
6	Países Baixos	90	5,01
7	Japão	70	3,90
8	Brasil	52	2,90
9	Coreia do Sul	24	1,34
10	Tailândia	21	1,17
	Resto do Mundo	298	16,59
	Importação total	1.796	100

Fonte: União Europeia (2013).

É importante destacar que a maior parte das exportações agrícolas do Suriname é beneficiada por um acordo de parceria econômica com a União Europeia que abrange, além do Suriname, outras 14 nações do Caribe (grupo CARIFORUM). Esse acordo, assinado em 2008, eliminou todas as tarifas e quotas incidentes na UE sobre as exportações agrícolas provenientes do Caribe, excetuadas as de arroz e açúcar. Em contrapartida, os países da região comprometeram-se a empreender uma abertura gradual de suas economias às importações europeias. O objetivo consiste na liberalização de 80% das importações originadas da UE dentro de um período de 15 anos, aceitando-se um período de até 25 anos para produtos considerados particularmente sensíveis. O novo acordo substitui o de Cotonú, que vigorou no

período 2000-2008 entre a UE e 79 países da África, do Caribe e do Pacífico (países ACP) (FUNCEX, 2010, p. 24).

Esse acesso preferencial do Suriname ao mercado europeu é de extrema importância, pois apesar dos produtos agrícolas representarem uma pequena parcela das exportações totais do país, essas atividades são relevantes para a geração de emprego. Desta forma, até mesmo pequenas mudanças nas condições de acesso ao mercado europeu podem provocar efeitos muito adversos neste campo.

Em relação às trocas comerciais, Brasil e Suriname são pouco expressivos – devido ao isolamento econômico do Suriname em relação ao restante do continente sul-americano (BBC, 2014), à falta de infraestrutura ligando o Suriname com o Brasil e à pequena complementaridade produtiva dos dois países –, contudo, um estudo realizado em 2010 pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) avalia o potencial de comércio e investimentos entre ambos os países, apontando que é possível estreitar as relações a partir de investimentos de empresas brasileiras no território surinamês.

Tabela 3 – Ranking de Importação Suriname-Brasil (1995-2012)

Ano	Ranking	USD
1995	3	\$37,908,879.48
1996	5	\$17,517,625.58
1997	6	\$14,903,421.00
1998	8	\$11,976,026.00
1999	10	\$4,179,610.07
2000	10	\$8,648,986.44
2001	9	\$9,699,342.84
2002	7	\$12,943,030.98
2003	6	\$19,031,416.81
2004	6	\$29,415,587.87
2005	6	\$44,351,081.30
2006	7	\$34,535,778.42
2007	6	\$39,562,260.18
2008	6	\$52,664,139.87
2009	6	\$45,948,334.21
2010	5	\$67,767,234.95
2011	5	\$74,788,348.00
2012	5	\$61,062,806.00

Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Org.: Brenda Farias da Silva.

Visivelmente, a exportação brasileira para o Suriname teve um aumento de 2003 a 2008, sofrendo quedas e aumentos a partir de então, o que evidencia a capacidade

de investimento no país. Tais trocas comerciais são compostas, sobretudo, por produtos manufaturados – importação e exportação de ambos os países – (MRE, 2012).

As exportações são distribuídas em diversos setores, em que quatro se destacam: abate de animais; máquinas e tratores; produtos alimentícios, e calçados (abrangendo couros e peles). Juntos, esses produtos reuniram 48,4% das vendas do Brasil para o Suriname entre 2005 e 2009 (FUNCEX, 2010).

Quando é feita uma análise detalhada das exportações, é possível constatar que São Paulo é o estado que mantém o maior fluxo de exportações para o Suriname, tendo uma participação de 35,7% no período de 2005 a 2009. Em segundo e terceiro lugar estão Paraná e Ceará, respectivamente, que durante o mesmo período tiveram participações de 5,7% e 5,2%. Os três estados somam 46,6% das vendas do Brasil para o Suriname.

Já as importações, o Rio de Janeiro corresponde por 97,8% das compras oriundas do Suriname, ou seja, esse estado foi responsável pela importação de toda a alumina calcinada comprada pelo Brasil no mesmo período.

As trocas comerciais da ex-colônia holandesa com estados específicos da Região Norte (Amapá, Amazonas, Pará e Roraima) são mínimas, ainda que haja a proximidade física. Durante o período de janeiro de 2005 a outubro de 2010 não foi registrada nenhuma importação proveniente do país destinada aos quatro estados citados. Já as exportações são registradas apenas no Pará e no Amazonas, que juntos venderam cerca de US\$ 20,9 milhões ao Suriname, sendo que US\$ 19,1 milhões foram provenientes do estado do Pará e US\$ 1,8 milhão do estado do Amazonas.

O produto exportado pelo Pará foi apenas a bauxita não calcinada, que no período analisado pelo relatório da FUNCEX (2010) compreendeu 73,4% das exportações do estado para o Suriname. Contudo, a exportação desse tipo de bauxita só teve registro nos anos de 2005 e 2010.

O estado do Amazonas, por sua vez, exportou no período apenas dois itens com expressões significativas no mercado: aparelhos de barbear e isqueiros de bolso a gás, eles foram responsáveis por 68,8% do volume de exportações.

Essa falta de trocas comerciais entre os estados da região norte, principalmente o Amapá, com o Suriname se dá pela falta de estrutura de importação-exportação

independente dos grandes portos no Brasil, além do desenvolvimento lento do Suriname para ampliar seus portos – que em sua maioria são privatizados – e suas estradas.

Tabela 4 – Ranking de Exportação Suriname-Brasil (1995-2012)

Ano	Ranking	USD
1995	7	\$28,158.335.18
1996	12	\$16,644,687.47
1997	---- ¹²	----
1998	15	\$2,296,432.51
1999	18	\$3,579,839.94
2000	18	\$2,595,628.00
2001	27	\$411,385.12
2002	35	\$224,472.00
2003	25	\$766,694.00
2004	16	\$2,376,131.59
2005	28	\$885,921.24
2006	10	\$26,590,231.53
2007	10	\$20,924,379.69
2008	12	\$30,052,776.06
2009	15	\$9,973,568.74
2010	30	\$1,711,246.22
2011	17	\$5,340,196.00
2012	30	\$914,343.47

Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC), 2014. Org.: Brenda Farias da Silva.

É notável que o fluxo de importação Brasil-Suriname é pouco perto dos volumes de exportação, no entanto, entre 2006 e 2008 houve uma alta nas importações, provando que é possível manter uma troca estável de comércio com o país. O aumento do fluxo de importações do Brasil provenientes do Suriname se deu pela grande quantidade de alumina calcinada – elemento obtido a partir da purificação da bauxita – comprada pelo Brasil. A alumina calcinada é insumo para diversos produtos, como vidros, isolantes elétricos e rolos cerâmicos (FUNCEX, 2010).

A troca comercial do Brasil com o Suriname é, desde 2006, crescentemente superavitária em favor do Brasil. O saldo se tornou mais expressivo a partir de 2008, quando as importações declinaram de US\$ 28,9 milhões para apenas US\$ 217 mil nos primeiros dez meses de 2010, essa queda se deu pela baixa importação brasileira do principal produto: alumina calcinada. Por outro lado, as exportações que haviam diminuído 14,4% em 2009, voltaram a crescer entre janeiro e outubro de 2010. Como

¹² Os dados do ano de 1997 não foram encontrados.

resultado, o saldo do Brasil com o Suriname, que era de US\$ 18,0 milhões em 2008, aumentou para US\$ 51,8 milhões em outubro de 2010 (FUNCEX, 2010).

Essa diferença entre os fluxos de exportação e importação entre Brasil e Suriname se dá pela estrutura distinta das respectivas necessidades. As importações brasileiras consistem em um único item: alumina calcinada, enquanto as exportações são diversificadas.

A Alumina calcinada é obtida a partir da purificação da bauxita, e consiste em uma matéria-prima que é empregada na fabricação de diversos produtos como vidros, rolos cerâmicos e isoladores elétricos. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2010, a alumina concentrou 97,6% das importações do Brasil provenientes do Suriname. Contudo, a importação oscila severamente ao longo do tempo – a exemplo de 2005 e 2010 em que não houve registros significativos de importação do produto.

Em 2010, as importações do Brasil oriundas do Suriname somaram US\$ 216,7 mil, sendo que desse total apenas um único item (placas de memória para máquinas de processamento de dados) foi responsável por 92,6% do volume.

Ao se tratar de valores em transações, é estimado que 95,8% do comércio entre Brasil e Suriname é feito por via marítima – devido à ausência de outro meio mais eficiente de ligação entre os países. Três portos tiveram destaque nesse sentido: Santos, em São Paulo; Rio Grande, no Rio Grande do Sul; e Itajaí, em Santa Catarina. Em conjunto, 69,8% das exportações do Brasil para o Suriname partiram desses portos, no período entre 2005 e 2009 (FUNCEX, 2010).

Em se tratando das importações originárias do Suriname, um único porto (Sepetiba) foi responsável por 97,8% das compras efetuadas pelo Brasil. Isso significa que toda alumina calcinada importada pelo Brasil foi escoada apenas pelo porto de Sepetiba.

Em 2012, o Brasil obteve a 30ª posição dentre os parceiros comerciais do Suriname, tendo uma participação de 0,09% nas importações de produtos surinameses. No mesmo ano, o Brasil foi o 5º principal fornecedor de produtos para o país, tendo sido o responsável de 4% de todas as importações do Suriname (MRE, 2012).

Com relação à infraestrutura de transportes, o Suriname possui uma precária ligação por terra com os países vizinhos – Brasil, Guiana Francesa e Guyana. A

ligação que existe é por ferry com a Guayana (Nieuw Nickerie-Corriverton), em operação desde 1998, e com a Guayana Francesa (Albina-Saint Laurent du Maroni), em funcionamento desde 1969. A malha rodoviária tem extensão de cerca de 4,3 mil km, sendo que apenas 27% são pavimentados. As principais estradas estão localizadas próximas ao litoral (já que é onde se encontram as maiores cidades, como é possível verificar no mapa 1). O país possui três rotas principais: a primeira é a rota Leste-Oeste, que liga Albina a Nieuw Nickerie, passando pela capital, Paramaribo; a segunda é a Sudeste-Oeste, ligando Paramaribo a Apoera; e a terceira, entre South Drain e Apoera, que conecta as duas outras rodovias.

Ao analisarmos as localizações das estradas, é evidente que para que haja a integração via terrestre entre Brasil e Suriname, será necessário um esforço mútuo, levando em consideração que os grandes centros comerciais do país estão localizados no extremo oposto da fronteira com o Brasil.

De acordo com o relatório realizado pela FUNCEX (2010), a rota Leste-Oeste e a Sudoeste-Oeste encontravam-se em mau estado de conservação, sendo que uma grande parte dos estragos foi causado por uma guerra civil – que ocorreu entre 1986 e 1992, envolvendo de um lado, o então chefe do Estado Maior, Dési Bouterse (agora presidente eleito do Suriname) e de outro, o Comando da Selva (liderado por um de seus ex-guarda-costas, Ronnie Brunswijk). A disputa foi travada ao leste do país, pelo controle do tráfico de cocaína, resultando na depredação de parte do local. Um tratado de paz pôs fim ao conflito em maio de 1992.

Desde então, foram executados diversos projetos de revitalização com ajuda de fundos internacionais, e é previsto que até o final do ano corrente o país tenha terminado a reconstrução da rota Leste-Oeste, com a revitalização do trecho Paramaribo-Zanderij-Bitagron-Apoera. A revitalização do trecho é um dos projetos que fazem parte da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

A IIRSA é parte de um programa de integração dos países da região Sul-Americana. Em sua elaboração, a IIRSA buscou abranger os aspectos econômico, social, político e ambiental, além de procurar uma regionalização mais voltada para a América do Sul. O principal objetivo desse projeto é a unificação física no continente, tendo como princípios orientadores o regionalismo aberto, integração e desenvolvimento, sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-

institucional, além de aumento de valor agregado da produção, tecnologias de informação, convergência normativa e coordenação público-privada. Na Amazônia os projetos abarcam dois sentidos: a infraestrutura de transporte, principalmente via terrestre; e a expansão do potencial energético da região (CORREA, 2014).

Em relação ao transporte via malha ferroviária, a extensão é pouco expressiva: o Suriname possui apenas 166 km de extensão, contudo, não está em operação, o que impossibilita que investidores contem com esse meio de transporte para seus produtos.

Além dos meios terrestres, o país dispõe de uma rede de rios e canais, totalizando 1,2 mil km, sendo em sua grande parte navegáveis. Essa rede representa o principal meio de escoamento de mercadorias no país, além do recebimento dos produtos importados. Ao todo, o Suriname conta com seis portos, sendo que todos são de pequeno porte: Paramaribo, Albina, Moengo, Nieuw Nickerie, Paranam e Widadeningen. Entre eles, o de Paramaribo – chamado de New Harbour – é o mais importante. Tendo em vista o tamanho reduzido da econômica local, este porto usufrui do monopólio natural do transporte do comércio exterior do país.

O Porto de Paramaribo está localizado no rio Suriname, é de propriedade da NV Havenbeheer Suriname, uma empresa estatal. Seu maior píer possui 520 metros de extensão e profundidade média de 6,1 metros, além de mais quatro cais de menor porte, especializados em determinadas cargas como banana, petróleo/gasolina e trigo. Contudo, por ser um porto fluvial, os navios precisam esperar pela maré alta tanto para navegar para o porto quanto para sair dele. Como resultado, os navios gastam um tempo relativamente grande para efetuar a escala no porto de Paramaribo.

O Segundo maior porto do Suriname é Paranam, também acessível a partir do rio Suriname. Fica localizado a 29 milhas de New Harbour. Trata-se de um porto privado, de propriedade da Suralco/Alcoa, especializado em alumina.

O terceiro maior porto do país é o de New Nickerie, localizado na parte ocidental, no rio Nickerie. Os demais portos são o de Albina, situado na parte oriental, no rio Marowije; e Moengo, localizado cerca de 96 milhas náuticas a leste de Paramaribo, no rio Cottica. Este último é um porto especializado em bauxita, de propriedade da Alcoa. Desde 1985, toda a bauxita produzida por essa companhia é colocada em

barcaças em Moengo e enviada para Paranam, de onde é exportada (FUNCEX, 2010).

A integração física na região é um dos fatores que mais atrasam a evolução econômica não só entre Brasil e Suriname, mas grande parte da região Sul-Americana. Levando em consideração esta problemática, a IIRSA prevê a modernização da infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações, estimulando a integração política, econômica e social da América do Sul. Especificamente se tratando do Suriname, a iniciativa tem projetos voltados para a integração de rodovias ente o planalto das Guianas, o que facilitaria o fluxo comercial entre Brasil e Suriname. Além disso, o Suriname é um dos próximos países a ter sua entrada no Mercado Comum do Sul (Mercosul), ou seja, as barreiras aduaneiras serão diminuídas entre Brasil e Suriname, proporcionando ainda mais um crescimento econômico conjunto e um momento propício para a expansão dos acordos diplomáticos voltados à economia (IIRSA, 2012).

Além disso, com o estreitamento das relações diplomáticas econômicas com o país, o Brasil se coloca em posição de maior acesso ao mercado da Comunidade do Caribe (CARICOM), o que pode se tornar uma grande oportunidade para a expansão do mercado internacional brasileiro.

É evidente que, nos próximos anos, as perspectivas econômicas para o Suriname dependerão da manutenção da responsabilidade fiscal e monetária pelo Governo Federal e da introdução de reformas estruturais no sentido da liberalização do mercado e promoção da competitividade, além, é claro, do fortalecimento de suas relações com os países vizinhos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as relações econômicas entre Brasil e Suriname a partir da independência deste último, tendo como base os acordos diplomáticos relacionados à movimentação comercial entre os países – que no período analisado foram os principais propulsores da relação entre os países. Além disso, se buscou considerar os volumes de importação e exportação entre Brasil e Suriname, para avaliar a possibilidade de uma expansão nesse mercado.

A partir da análise realizada é possível concluir que as relações diplomáticas Brasil-Suriname no âmbito econômico ainda estão em fase de construção, de forma a não manter um padrão determinado a partir dos tratados assinados. Contudo, as oportunidades de investimentos brasileiros no Suriname são grandes, o que é ilustrado pelo fluxo de exportações Brasil-Suriname e pelo atual cenário internacional em que o país se encontra: a iminente entrada do país no Mercosul (juntamente com a Guayana), os projetos voltados para a integração regional e ainda, o interesse do Brasil de estreitar as relações com os países vizinhos.

Além disso, é importante ressaltar que o Suriname possui uma grande disponibilidade de recursos naturais, e os custos de mão de obra considerados dentro do padrão internacional, o que atrai investimentos. Por outro lado, alguns setores ainda são insuficientes para firmar o capital estrangeiro no país: Mercado local pequeno – a economia do país é comparada com o PIB de Florianópolis; infraestrutura precária; baixa qualificação da força de trabalho; e, o ambiente de negócios – não há muitos avanços na questão do empreendedorismo, e isso é um fator levado em consideração para a aplicação de capital estrangeiro (FUNCEX, 2010).

Sem dúvida, cada vez mais a economia desempenha um papel fulcral em todos os setores da vida em sociedade. A diplomacia não deixa de ser um fator relevante. Com o fim da Guerra Fria, marcada pela queda do Muro de Berlim e pela consequente dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as relações diplomáticas deixaram de se centrar em questões relacionadas com a política e a segurança, passando a focar cada vez mais na vertente econômica da diplomacia. Isso significa que o conceito de diplomacia econômica ganhou preponderância em detrimento das questões mais tradicionais da agenda diplomáticas nas nações, isto é, a diplomacia clássica.

Sob a óptica da diplomacia econômica brasileira, é necessário destacar que a cada fase passada pela política exterior do campo econômico – relacionadas no capítulo 1, os acordos variavam de acordo com o interesse do país. Isso não é diferente dos dias atuais, o que muda é que o Brasil passou a ter objetivos mais definidos e a seguir uma linha voltada para o desenvolvimento da América do Sul – fato que direcionou melhor os acordos diplomáticos.

Apesar dos acordos bilaterais entre ambos os países ainda terem proporções tímidas, o histórico do panorama econômico do Suriname mostra que o cenário do país está favorável para que essa forma de cooperação seja intensificada. Durante a década de 1990, o Suriname passou por uma forte turbulência econômica – já que o contexto do país era de grandes mudanças, com a adaptação da redemocratização após o regime militar –. A partir dos anos 2000 se deu início um intenso processo de ajuste macroeconômico, com o objetivo de criar as condições necessárias para que se pudesse desenvolver um crescimento sustentável a longo prazo, é importante ressaltar que neste período houve a troca de governo.

Historicamente o Brasil representou um importante papel durante o turbulento período da independência do Suriname, principalmente ao que tange a cooperação econômica, mas é evidente a partir da análise de mercado realizada que o Suriname ainda precisa se estruturar internamente para desempenhar um maior papel no continente ao se tratar do campo econômico. O Brasil por sua vez possui uma certa deficiência ao se tratar do desenvolvimento das relações bilaterais ou multilaterais no Planalto das Guianas.

Ao comparar as relações entre o Brasil e demais países da América do Sul é evidente que a interação econômica com o Suriname ainda é pouca – o que não acontece apenas com o país, mas em todo o Planalto das Guianas, ainda que a política externa brasileira tenha sido focada no continente sul-americano nos últimos vinte anos.

Diversos fatores contribuem para essa baixa relação, dentre eles está o difícil acesso aos mercados do Planalto das Guianas e, ao se tratar do Suriname é fundamental levar em consideração a falta de uma melhor integração física, que poderia baixar os custos de importação/exportação e contribuir para o estreitamento das negociações entre ambos os países.

Ainda há muito a ser trabalhado neste campo entre os países, mas com o atual crescimento e fortalecimento interno surinamês e a política externa brasileira voltada para as nações vizinhas, esta relação logo poderá render frutos interessantes para ambos os lados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. de. **A Formação da Diplomacia Econômica do Brasil**. Revista Lua Nova, n 46, pp. 169-230, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a08n46.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2014.

ALMEIDA, P. R. de. **Bases Conceituais de uma Política Externa Nacional**. In: Estevão C. de Rezende Martins e Miriam G. Saraiva (orgs.): Brasil - União Europeia - América do Sul: Anos 2010-2020, pp 228-243. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1929BasesConceitPExtNacBook.pdf>> Acesso em 12 de janeiro de 2015.

AVILA, C. F. D. **Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983)**. Rev. Bras. Polít. Int. 54 (1): 7-28, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a02.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2014.

BARSTON, R. P. **Modern Diplomacy**. 3ª Ed. Londres: Pearson Education, 2006.

BBC. **Suriname – As Relações Econômicas**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/1454_americaDOSul/page32.shtml> Acesso em 13 de agosto de 2014.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Divisão de Atos Internacionais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos> Acesso em 12 de junho de 2014.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Suriname**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/suriname/pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2014.

BURNS, E. M. et al. **História da Civilização Ocidental**. Vol. 1 e 2. 39ª Ed. São Paulo: Ed. Globo, 1999.

CARVALHO, M. A. & SILVA, C. R. L. da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CIA. The World Factbook. **Suriname**. 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ns.html>> Acesso em 14 de agosto de 2014.

CORREA, P. G. P. **Integração e Segurança na Amazônia Transnacional**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8030> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

CRVD. **Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas e Consulares**. Viena, 1963. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/relacoes-diplomaticas-e-consulares/relacoes-diplomaticas-e-consulares/conv_viena_rel_consulares_1963.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2014.

EGGER, J. **Vista Geral Sobre a Economia do Suriname nos séculos XIX e XX.** Revista DEP – Diplomacia, Estratégia e Política, n 10, pp. 205-219, out/dez 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/Dep_10_portugues.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2014.

FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior). **O Potencial de Comércio e Investimentos entre o Brasil e o Suriname.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/Estudos/PUBEstudoPotencialComercioInvestimentoBrasilSuriname.pdf>> Acesso em 04 de agosto de 2014.

GOMES, G. S. C. **A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional.** 2008. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2669/1/NeD56_GSantaClaraGomes.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2015.

GUERALDI, R. G. **A Aplicação do Conceito de Poder Brando (soft power) na Política Externa Brasileira.** 2005. 206 fl. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=1>> Acesso em 18 de agosto de 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

IIRSA. **Acerca de IIRSA: Áreas de Acción.** 2012. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=57>> Acesso em 20 de janeiro de 2015.

MATTKE, M. V. **O Acordo Geral de Tarifas e Comércio e a construção da hegemonia político-econômica dos EUA após a II Guerra Mundial (1947 – 1994).** Monografia: Curitiba: 2010. Disponível em: <http://www.elineart.com/aliae/mono_gatt.pdf> Acesso em 24 de janeiro de 2015.

MATTOS, C. M. **Geopolítica da Pan-Amazônia.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército. 1980.

MELLO, C. D. de A. **Curso de Direito Internacional Público, vol. II.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1986.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Country Profile – Suriname.** Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/sur/>> Acesso em 13 de dezembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU DI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.** 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/agencia/onudi/>> Acesso em 24 de janeiro de 2015.

SILVA, G. E. do N. E. **Manual de Direito Internacional Público.** 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SINGH, C. **Re-democratization in Guyana and Suriname: Critical Comparisons.** European Review of Latin American and Caribbean Studies 84, April 2008 | 71-85. Disponível em: <http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/revista/84RevistaEuropea/84Singh-ISSN-0924-0608.pdf> Acesso em 14 de agosto de 2014.

UNIÃO EUROPEIA. **European Union, Trades in Goods with Surinam.** 2013. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2011/january/tradoc_147397.pdf> Acesso em 14 de agosto de 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **A Brief History of UNCTAD.** 2013. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/About%20UNCTAD/A-Brief-History-of-UNCTAD.aspx>> Acesso em 24 de janeiro de 2015.

URT, J. N. **A lógica da construção de confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985.** Revista Brasileira de Política Internacional, n 53 (2), pp. 70-87, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/04.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2014.

VAN LIER, R. A. J. **Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname.** Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 600 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_detail_s&gid=246&Itemid=41> Acesso em 13 de agosto de 2014.